

# DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA



**Nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores, os antifascistas devem pôr de parte tudo quanto os divide para se aproximarem e entenderem na base daquilo que os une: a salvaguarda das liberdades e das outras conquistas da revolução**

1. Os acontecimentos dos últimos dias representam uma pesada derrota das forças da esquerda militar e das forças revolucionárias no seu conjunto e um avanço das forças da reacção, que tomam fortes posições no aparelho militar e no sistema do poder.

O perigo é real e imediato para a jovem democracia instaurada com o 25 de Abril.

A seu tempo os acontecimentos terão de ser examinados em profundidade. Desde já interessa tirar algumas primeiras lições e definir uma linha de orientação e de actuação na nova situação criada.

2. Ao longo do desenvolvimento da crise, o PCP defendeu com insistência uma solução política.

Advertiu de que um confronto entre forças que têm estado com o processo revolucionário aproveitaria à contra-revolução.

Advertiu tanto dos perigos para a democracia da política de aliança à direita do PS e dos sectores moderados do MFA, como dos perigos da orientação e actividade divisionista e aventureirista de grupos e sectores que com o seu radicalismo ultra-revolucionário conduziam ao isolamento e descoordenação das forças de esquerda e ao seu arrastamento para confrontos condenados à derrota.

O PCP defendeu com insistência uma solução global da crise consistindo na reaproximação e reunificação das tendências do MFA e no reforço da representação das forças de esquerda (civil e militar) no governo, donde deveria sair o PPD, partido da reacção.

Os acontecimentos comprovam a justeza da orientação e das advertências do PCP.

Ainda no momento presente, apesar da nova situação criada e de uma nova correlação de forças, as linhas gerais fundamentais da solução da crise preconizada pelo PCP continuam a ser o único caminho que pode cortar o passo à contra-revolução.

(Continua na pág. 2)

## Editorial

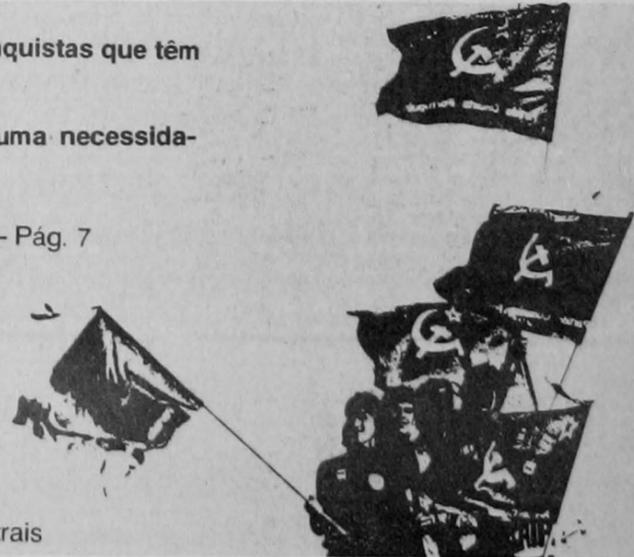
# UMA CURVA DIFÍCIL E PERIGOSA

A revolução portuguesa passa uma curva difícil e perigosa. A pesada derrota das forças da esquerda militar reflectir-se-á sem dúvida, nos tempos mais próximos, no enfraquecimento das forças revolucionárias e do movimento popular. A viragem à direita PS-PPD apoiada por círculos dos mais reacçãoários e conservadores tende a adquirir agora uma base de força militar mais favorável.

Entretanto, seria um grave erro de cálculo das forças reacçãoárias e conservadoras pensarem que poderão impor ao país a política que quiserem. O movimento operário é poderoso. As massas populares estão decididas a

(Continua na pág. 2)

- Nacionalizações e Reforma Agrária, conquistas que têm de ser defendidas - Págs. centrais
- Relações com os países socialistas: uma necessidade - Pág. 8
- Álvaro Cunhal visita países socialistas - Pág. 7
- O povo angolano ao ataque - Pág. 6
- Uma força invencível - Págs. centrais
- As etapas da luta do PCP - Pág. 6
- Unidade, caminho da vitória - Págs. centrais



# POR UMA SOLUÇÃO POLÍTICA DA CRISE

Alguns sectores políticos, assim como jornais do Norte e jornais estrangeiros estão lançando uma campanha contra o PCP em torno das recentes sublevações militares.

Ao mesmo tempo que sectores esquerdistas acusam o PCP de não ter querido participar no golpe, sectores reacçãoários acusam o PCP de ter preparado e participado no «golpe para a conquista do poder».

A acusação cujos fins são óbvios, não tem qualquer fundamento.

De há muito, ainda do tempo do V

Governo Provisório, o PCP se pronunciou contra um confronto militar e tem defendido uma solução política da crise.

Os extractos de documentos que se juntam a esta nota e que abrangem o período de 10 de Agosto a 28 de Novembro, mostram a persistência nesta orientação, a oposição a uma solução de força e de guerra civil, e a insistência numa solução resultante de negociação.

Coerente com essa orientação, tanto na

actividade política geral, como em encontros e diligências feitas junto de órgãos do poder e de representantes das diversas tendências militares e de organizações políticas, o PCP defendeu sempre com firmeza a mesma orientação, procurando contribuir para evitar um confronto militar que previsivelmente aproveitaria às forças da reacção e para promover ou facilitar um acordo e uma solução política.

Hoje, como sempre, o PCP permanece fiel à orientação traçada, que os aconteci-

mentos revelaram ser inteiramente justa e cujas linhas gerais continuam a constituir uma orientação básica a fim de congregar as forças necessárias para fazer frente à ameaça do fascismo que se avoluma, para defender as liberdades, para assegurar a vitória final da revolução portuguesa.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Documentos na pág. 3

## Editorial

# UMA CURVA DIFÍCIL E PERIGOSA

(Continuação da pag. 1)

defender as liberdades e outras conquistas da revolução. Portugal prosseguirá no caminho da democracia e do socialismo.

## O POVO DISSE NÃO À VIRAGEM À DIREITA

A tentativa de viragem à direita do PS-PPD, a tentativa de pôr em causa as conquistas da revolução, como a liberdade dos meios de informação, as conquistas sociais dos trabalhadores, as nacionalizações e a reforma agrária, — tentativas em grande parte consumadas no decurso do estado de sítio parcial — encontraram a firme e poderosa resistência da classe operária e das massas trabalhadoras.

Em grandiosas greves, paralizações e manifestações, que culminaram na histórica concentração de mais de 300 000 pessoas em Lisboa, no dia 16 de Novembro, a classe operária e as massas populares disseram não às tentativas de viragem à direita.

A formidável resistência popular impossibilitou a aplicação da política de direita do PS-PPD e acabou por conduzir o governo a um beco sem saída.

Foi o fracasso da tentativa de viragem à direita e a impotência do PS-PPD de imporem a sua política anti-popular no quadro das amplas liberdades do novo Portugal democrático que levou ao recurso crescente pelas esferas do poder a métodos de repressão.

O PS, o PPD e outros falsos democratas mostraram pelos seus actos as suas reais concepções e sentimentos antidemocráticos. Mostraram estar dispostos a proteger e estimular a contra-revolução e a liquidar as liberdades desde que os trabalhadores e as massas populares utilizem as liberdades contra os privilégios das classes exploradoras e parasitárias que o PS, o PPD e esses falsos democratas na realidade defendem.

O comunicado do Secretariado Nacional do PS emitido logo após a liquidação da sublevação militar e toda a orientação seguida em relação aos últimos acontecimentos, orientação que é hoje fortemente contestada por muitos socialistas e mesmo certas das suas organizações em bloco, são uma comprovação flagrante de tais concepções e sentimentos antidemocráticos. Da mesma forma, mas ainda mais grave é o documento de oito páginas do PPD que é um relatório de ideias e posições do mais extremo reacçãoarismo.

## A OFENSIVA ANTIDEMOCRÁTICA

Incapazes de imporem a viragem à direita por métodos democráticos, a aliança PS-PPD recorreu de forma crescente a métodos administrativos e repressivos, tanto contra o movimento popular, como contra o movimento revolucionário nas forças armadas.

Na cola do PS e do PPD a contra-revolução avançou mais alguns passos! As sublevações contra-revolucionárias em Rio Maior e no oeste e os assaltos por bandos armados a cooperativas agrícolas no Alentejo nos dias 24 e 25 são marcas da intensificação planificada das actividades contra-revolucionárias sob a asa protectora da aliança PS-PPD e de sectores militares conservadores, lançados numa política repressiva.

A ofensiva reacçãoária e direitista contra os meios de comunicação social e as sucessivas tentativas de os silenciar coroadas de êxito com as últimas medidas promulgadas ao abrigo do estado de sítio mostrou bem que os falsos democratas não suportam a liberdade de opinião, a liberdade da crítica, a liberdade no esclarecimento. As tentativas de controlo e monopólio dos meios de comunicação pela aliança PS-PPD mostra o seu falso pluralismo, a sua real vocação antidemocrática e ditatorial.

As acusações provocatórias de tentativas de assalto ao poder sempre que se realizam grandes manifestações populares — que entretanto se desenvolvem em completa ordem e disciplina em contraste com as desordens e violências das manifestações PS-PPD-CDS — mostram que os falsos democratas, que usam e abusam das liberdades de reunião e manifestação, não suportam o uso das liberdades pelos trabalhadores e pelas forças progressistas.

Após a formação do VI Governo Provisório, a pressa de saneamentos à esquerda nas forças armadas, de afastamento de comandantes revolucionários e de liquidação de unidades que sempre estiveram com a revolução, tiveram como fim colocar as forças militares ao serviço da viragem à direita.

E nessa política de repressão nas forças armadas que se têm de encontrar as razões da indignação e revolta de numerosos militares no dia 25 de Novembro. As sublevações espontâneas dos paraquedistas mostram a profundidade dos sentimentos de indignação contra métodos administrativos de direita.

Ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade para com os militares revolucionários e progressistas que lutaram e lutam ao lado do povo trabalhador, em defesa da revolução, o PCP atribui graves responsabilidades nos acontecimentos a certos partidos, grupos e elementos esquerdistas irresponsáveis que, julgando poder-se brincar às insurreições e às tomadas do poder, comprometeram uma solução política pela qual o PCP se tem batido persistentemente e conduziram ao desastre alguns sectores militares.

As últimas medidas do Conselho da Revolução de atenuação do estado de sítio constituem um passo para a normalização da situação mas é ainda insuficiente e insatisfatório.

O estado de sítio na Região Militar de Lisboa deverá ser urgente e totalmente levantado. Se o estado de sítio fosse utilizado para instaurar um poder de direita, nenhum dos gravíssimos problemas que defronta a revolução portuguesa poderia ser resolvido.

Que não se iluda a reacção. O povo português continua firmemente decidido a defender as liberdades e as conquistas da revolução e a impedir a restauração duma nova ditadura.

## POR UMA SOLUÇÃO POLÍTICA

No momento em que se escrevem estas linhas, é ainda difícil prever todo o desenvolvimento e repercussões dos acontecimentos militares dos últimos dias. Uma coisa é certa. No quadro dum regime de liberdades, em Portugal só seria possível governar com um governo de esquerda e com uma política de esquerda. Uma política de direita pondo em causa as conquistas da revolução, só com repressão de tipo fascista poderá ser aplicada.

No decurso do agravamento da crise, o PCP insistiu constantemente na necessidade de uma solução política, a começar pelas estruturas do poder (MFA e Governo).

Que todos aqueles que não desejam ver de novo a pátria ensanguentada pelo terror fascista reflitam a tempo porque não é ainda tarde mas começa a sê-lo.

Tal solução continua na ordem do dia. A depuração maciça à esquerda que se está a operar nas forças armadas, poderá incitar a reacção a exigir a accentuação da política de direita do Governo Provisório.

Mantendo firmemente as suas organizações, reforçando a sua unidade, não se deixando desanimar pelos actuais acontecimentos militares, prontos para a acção de massas, serenos e confiantes, a classe operária, as massas populares, todas as forças progressistas e democráticas impedirão que assim aconteça.

A revolução portuguesa passará com êxito mais esta curva difícil e perigosa.

Temos confiança em que Portugal continuará no caminho da democracia e do socialismo.



# DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA

(Continuação da pag. 1)

3. Numerosas lições terão de ser tiradas dos acontecimentos.

Mas para a sobrevivência da nossa jovem democracia, uma lição deve ser tirada imediatamente por todos aqueles que têm sido influenciados pelo radicalismo esquerdista: a divisão das forças da esquerda, a recusa de alianças, o combate ao PCP, são o caminho para a derrota, não só de quem defende tal política, como da própria revolução.

Outra lição deve ser tirada imediatamente por todos aqueles que, na esfera da influência do PS e do grupo dos nove, querem impedir a instauração de uma nova ditadura fascista: as alianças com a direita reacçãoária e o combate contra a esquerda são o caminho aberto para a sua própria perda e para a liquidação das liberdades e a perda da revolução.

O único caminho para salvar a revolução é a cessação imediata das acções contra a esquerda, a busca de soluções políticas para os problemas ainda decorrentes da ofensiva da direita e das sublevações militares e a acção comum de todos os antifascistas contra a reacção fascista que prepara o salto.

4. A repressão contra a esquerda militar, a desarticulação de unidades progressistas se não são rapidamente estancadas, e a nomeação de reacçãoários para postos de comando podem vir a dar a curto prazo a supremacia militar não àqueles que seguem os nove ou o PS, mas à direita fascista.

O perigo de uma ditadura fascista aparece claramente no horizonte, se não se unirem rapidamente todos os que querem fazer-lhe frente.

Como o PCP preveniu com insistência no decurso do desenvolvimento da crise dos sectores moderados do MFA e do PS, que, para lutarem contra a esquerda revolucionária, se aliaram à direita reacçãoária, correm o risco de serem ultrapassados, dominados e esmagados por esta.

A liberdade não se pode defender e a democracia não se pode construir com forças e com homens que querem liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura. A liberdade defende-se com aqueles que lutam por ela.

O socialismo não se construirá com os que representam o capital e o imperialismo. O socialismo constrói-se com os trabalhadores.

Na difícil situação que se atravessa, em toda a parte se devem aproximar e unir todos os que estão dispostos a defender as liberdades, a democracia, a revolução portuguesa.

O divisionismo entre antifascistas, venha dos oportunistas da direita, venha dos esquerdistas pseudo-revolucionários, é um verdadeiro crime contra a revolução, é um novo trunfo dado aos contra-revolucionários.

Nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores, os antifascistas, devem pôr de parte tudo quanto os divide para se aproximarem e entenderem na base daquilo que os une: a salvaguarda das liberdades e das outras conquistas da revolução, a sobrevivência da jovem democracia portuguesa.

5. O avanço das forças contra-revolucionárias exige que todos aqueles que querem defender as liberdades e a revolução juntem e coordenem os seus

esforços para obterem no imediato alguns objectivos essenciais:

- Solução negociada e política das situações de sublevação militar ainda existentes;
- Cessação imediata da repressão, de prisões, perseguições e saneamentos à esquerda;
- Medidas severas contra actividades contra-revolucionárias, designadamente do ELP e MDLP;
- Pronto termo do estado de sítio na Região Militar de Lisboa e restabelecimento e defesa do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

É necessário que, na Região Militar de Lisboa, seja prontamente autorizada a publicação e difusão dos jornais, e a realização de reuniões. A prolongar-se a situação actual corresponde à instauração de facto de uma ditadura regional que não conduzindo a uma ordem democrática respeitada pelo povo, provocará vivas reacções, conduzirá a novas perturbações e agravará ainda mais a situação.

Numa situação tão complexa, a classe operária e as massas populares têm mostrado de forma incontestável tanto o seu amor pela liberdade como a sua elevada consciência e sensibilidade política. O pronto termo do estado de sítio é a decisão que melhor pode corresponder à necessidade de defender a ordem democrática e as liberdades.

6. As formas de acção popular no momento presente variam segundo as diferenças nas situações regionais.

Na região militar de Lisboa é necessária grande serenidade, evitando e desmascarando quaisquer provocações e não dando pretextos aos elementos reacçãoários para iniciativas repressivas por virtude de desrespeito das normas do estado de sítio. Dentro destas normas a actividade do Partido e de todas as organizações, apesar de gravemente limitada pelas medidas militares, deve prosseguir regularmente.

No resto do país, onde quer que não foi instalado de facto um poder local reacçãoário (como foi o caso dos Açores), os partidos, as organizações sindicais e todas as outras organizações legais devem prosseguir as actividades sem qualquer interrupção.

A luta pelos objectivos imediatos que se colocam no momento presente pode e deve desenvolver-se utilizando todas as formas que se inserem no exercício das liberdades e direitos conquistados após o 25 de Abril.

Portugal continua a ser um país democrático. Apesar das dificuldades do processo revolucionário e dos perigos da contra-revolução, as liberdades fundamentais (as liberdades de associação, de imprensa, de expressão de pensamento, de reunião, de manifestação, assim como o direito à greve) são reconhecidas a todos os cidadãos. Devem continuar a ser exercidas com determinação e confiança. Deve-se lutar por elas onde quer que atentem contra elas.

28 de Novembro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português